



**CENTRO DE HUMANIDADES - CAMPUS III
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

**LINHA DE PESQUISA
Geografia, Educação e Cidadania**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: A AUTONOMIA
DESENVOLVIDA NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO
FUNDAMENTAL MARIA DO CARMO DE SOUSA PINHEIRO, NO
POVOADO DE CACHOEIRINHA MUNICÍPIO DE TACIMA PB**

MARIA DALUZ FERREIRA LEAL

**GUARABIRA – PB
2014**

MARIA DALUZ FERREIRA LEAL

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: A AUTONOMIA
DESENVOLVIDA NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO
FUNDAMENTAL MARIA DO CARMO DE SOUSA PINHEIRO, NO
POVOADO DE CACHOEIRINHA MUNICÍPIO DE TACIMA PB**

Artigo apresentado ao Curso de Geografia do Centro de Humanidades “Osmar de Aquino” Campus III, Guarabira - PB, em cumprimento aos requisitos necessários para obtenção do grau de Licenciada em Geografia, à Universidade Estadual da Paraíba - UEPB.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Ana Gloria da Silva Marinho

GUARABIRA – PB
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

L433 Leal, Maria Daluz Ferreira

Projeto político pedagógico [manuscrito] : a autonomia desenvolvida na Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria do Carmo de Sousa Pinheiro, no povoado de Cachoeirinha município de Tacima, PB / Maria Daluz Ferreira Leal. - 2014.

27p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2014.

"Orientação: Ana Glória da Silva Marinho, Departamento de Geografia".

1. Educação. 2. Autonomia. 3. Projeto Político Pedagógico I. Título.

21. ed. CDD 371.12

Maria Daluz Ferreira Leal

Projeto Político Pedagógico: A autonomia desenvolvida na Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria do Carmo de Sousa Pinheiro, no povoado de Cachoeirinha Município de Tacima, PB.

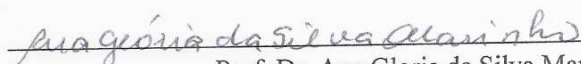
LINHA DE PESQUISA: Geografia, Educação e Cidadania

Artigo apresentada ao Curso de Geografia do Centro de Humanidades "Osmar de Aquino" Campus III, Guarabira - PB, em cumprimento aos requisitos necessários para obtenção do grau de Licenciada em Geografia, à Universidade Estadual da Paraíba - UEPB.

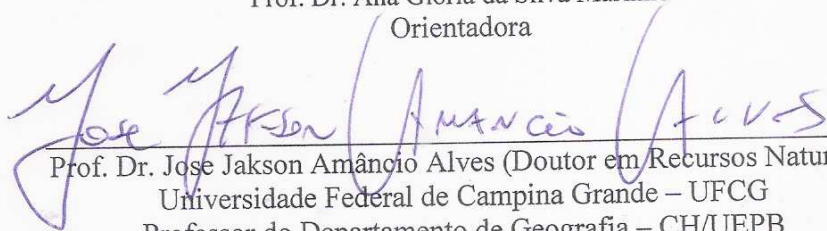
Orientador: Prof. Dr. Ana Gloria da Silva Marinho

Aprovada em 30 / julho /2014.

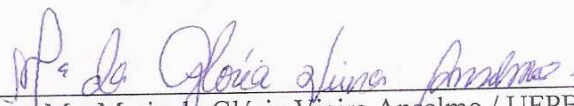
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Ana Gloria da Silva Marinho
Orientadora



Prof. Dr. Jose Jakson Amâncio Alves (Doutor em Recursos Naturais)
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
Professor do Departamento de Geografia – CH/UEPB
Examinador



Ms. Maria da Glória Vieira Anselmo / UFPB
Mestranda em Agronomia - UFPB
Examinadora

A Deus por sua proteção, cuidado e amor, a minha mãe, mestre primeira de minha vida, por seu carinho, dedicação, paciência e incentivo incondicional, a meu esposo e filhos pelo apoio, carinho e compreensão e a professora Ana Gloria por sua dedicação, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo magnífico dom da vida.

A minha família, especialmente minha querida mãe, D. Antônia, que sempre esteve ao meu lado com amor.

Ao meu esposo, José Henrique, pelo companheirismo e carinho.

Aos meus filhos, Lidiara Thalita e Matheus Henrique, pela compreensão da ausência materna.

Aos meus queridos amigos de Turma: Marilene Pereira, Debora Lays, Lucilene Figueiredo, Valdenize, Vanusa, Fátima, Priscila Dias, Jamily, Janaina, Jussara, Ellyjeane.

A minha professora, orientadora Ana Gloria por sua paciência e dedicação.

Ao professor Edvaldo Lima, por suas aulas fascinantes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	E.M.E.F Maria do Carmo de Sousa Pinheiro, Município de Tacima,PB.....	18
Figura 02	Pátio de recreação da E.M.E.F Maria do Carmo de S. Pinheiro, Município de Tacima-PB.....	18
Figura 03	Sala de aula da E.M.E.F Maria do Carmo de S. Pinheiro, Município de Tacima,PB.....	19
Figura 04	Sala do professor da E.M.E.F. Maria do Carmo de S. Pinheiro, Município de Tacima-PB.....	19
Figura 05	Secretaria de informática E.M.E.F. Maria do Carmo de Sousa Pinheiro.....	20
Figura 06	Secretaria da E.M.E.F. Maria do Carmo de Sousa. Pinheiro, Município de Tacima, PB.....	20

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Distribuição dos alunos matriculados por ano letivo e turma	22
------------------	---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Comparativo entre o número de alunos matriculados, evasão escolar, reprovação na E. M. de E. F. Maria do Carmo de Sousa Pinheiro.....	23
------------------	---	----

LISTA DE ABREVIATURAS

- CH - Centro de Humanidades
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PB - Paraíba
P.P.P - Projeto Político - Pedagógico
UEPB - Universidade Estadual da Paraíba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	08
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	10
2.1 Projeto Político Pedagógico.....	10
2.2 A Autonomia da Escola.....	12
2.3 O Projeto Político Pedagógico e sua ação na Escola.....	15
2.4 O Projeto Político Pedagógico na E.M.E.F. Maria Do Carmo De Sousa Pinheiro Cachoeirinha – Tacima-PB.....	15
3 MATERIAL E MÉTODOS.....	16
3.1 Caracterização da Área de Estudo.....	16
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	21
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS.....	26
APÊNDICES	

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: A AUTONOMIA DESENVOLVIDA NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL MARIA DO CARMO DE SOUSA PINHEIRO, NO POVOADO DE CACHOEIRINHA MUNICÍPIO DE TACIMA PB

LEAL, Maria Daluz Ferreira

RESUMO

A escola enquanto instituição social tem como função a socialização do saber historicamente acumulado, por conseguinte, este saber deve conduzir o aluno a uma consciência crítica da realidade, a qual possibilite a transformação da sociedade habitada espaço de vivências com possibilidades diversas, como relações políticas, sociais, culturais e científicas, onde a ética e a justiça possam nortear as ações, oportunizando aos alunos o acesso ao conhecimento sistematizado de forma reelaborada e crítica, ajudando na identificação e superação de dificuldades no processo de ensino e aprendizagem. Essa pesquisa tem como objetivo analisar os problemas existentes na elaboração e execução do projeto político pedagógico da Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria do Carmo de Sousa Pinheiro, no povoado de Cachoeirinha município de Tacima PB. Através de questionários informais com alguns funcionários e estudo detalhado do Projeto Político Pedagógico da referida escola compreendi que, o Projeto Político Pedagógico no cotidiano da escola, tem o propósito de contribuir para uma educação de qualidade ao alcance de todos, assim constatou-se neste artigo as transformações e autonomia pela qual vem passando a escola supracitada, as causas e consequências do Projeto político pedagógico, a falta de compromisso em cumprir as normas existentes no Projeto. Esta pesquisa pode colaborar para o desenvolvimento do projeto político pedagógico da escola estudada no sentido de proporcionar, melhorias na educação do município de Tacima, PB.

Palavras-Chave: Educação, Autonomia, Projeto Político Pedagógico

1 INTRODUÇÃO

Segundo Veiga (2008) “A escola é o lugar de concepção, realização e avaliação do seu Projeto educativo, uma vez que necessita organizar o trabalho pedagógico com base nos alunos”. Nesse contexto é necessário avaliar as dificuldades encontradas no cotidiano na vida escolar das crianças, para que seja elaborado um Projeto Político pedagógico de acordo com a realidade de cada instituição escolar. Desse modo “ao construirmos os projetos de nossas escolas, planejamos o que temos intenção de fazer, e de realizar”. Lançamo-nos para diante,

com base no que temos, buscando melhor, possível, é antever um futuro diferente da realidade.

O Projeto Político Pedagógico é entendido, como a própria organização do trabalho pedagógico da escola. A construção do mesmo parte dos princípios de igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério. A escola é concebida como espaço social marcado pela manifestação de práticas contraditórias, que apontam para luta e/ou acomodação dos envolvidos na organização do trabalho pedagógico. (VEIGA, 2008)

Para Resende (2010), a construção do Projeto Político Pedagógico, deve considerar a realidade da instituição assim como, o meio sociocultural valorizando a participação de todos os envolvidos, incentivando a criatividade, a capacidade reflexiva e a própria dinâmica. No entanto, a escola diante a construção do Projeto Político Pedagógico demonstra ainda não ter determinação na relação entre os sujeitos que ensinam e aprendem e a sociedade.

Percebe-se, que na maioria das vezes as escolas ficam sem desenvolver seu trabalho, esperando pelos recursos públicos, pois para elas é mais fácil encontrar culpados por não estar desempenhando o trabalho escolar como deveria, do que colocar na prática todo o Projeto Político Pedagógico, o qual deve ser o “ponta pé” inicial para toda uma organização e funcionamento adequado de uma instituição de ensino, atingir todas as expectativas de transformar a escola. Permitindo avanços tanto no corpo docente como discente, juntamente com a sociedade. “A dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica” (Saviani 1983, p.93). Porém, no que se diz respeito aos governantes, funcionam como suporte, para as realizações dos trabalhos a serem desenvolvidos contido no Projeto. Dessa forma é importante salientar o diferencial de cada escola de modo particular, para que o planejamento do mesmo seja elaborado com requisitos voltado para o aprendizado e o bem estar de todos.

“Todo projeto supõem rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas, As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus autores” (GADOTTI, 1994, p.579).

Ainda analisando o pensamento do autor supracitado, pressupõe-se que o Projeto Político Pedagógico, corre risco na sua realização, no momento em que quebra-se a face estável (comodismo), para passar por uma experiência nova em busca de uma possibilidade

(novas experiências), causando dessa forma desconforto e insegurança com as promessas para um futuro promissor.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria do Carmo Pinheiro Cruz, no Município de Tacima-PB, encontra delimitações para sair do papel. Tornando-se assim uma realidade vivenciada na escola, prejudicando dessa forma o desenvolvimento educacional da instituição escolar.

Assim, como em toda instituição de ensino existem os problemas na Escola estudada não é diferente, a equipe envolvida sente dificuldades em colocar em prática, o que está no projeto. Contudo a cada dois anos o projeto político-pedagógico é reelaborado, levando em consideração a realidade da escola, almejando dessa forma a possibilidade de desenvolver um trabalho com competência, obtendo êxito! Nesse sentido essa pesquisa tem como objetivo analisar o projeto político-pedagógico e sua autonomia no cotidiano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria do Carmo de Sousa Pinheiro, no município de Tacima PB.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Projeto Político Pedagógico

No sentido etimológico, o termo projeto vem do latim *projetum*, participio passado do verbo *proferere*, que significa lançar para diante. Plano intento, designo. Empresa, empreendimento. Redação provisória de lei. Plano geral de edificação (FERREIRA, 1975).

Para Vasconcellos (2010), O Projeto Político Pedagógico (ou Projeto Educativo) é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativo que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de deformação idealista que valorizava apenas as ideias, os postulados filosóficos da escola, as boas intenções, mas não se comprometia com a efetiva alteração da realidade.

Portanto, o Projeto não deve ficar só no nível filosófico de uma espécie de ideário (ainda que contemplando princípios pedagógicos), e nem no nível sociológico de constatações de um diagnóstico. Nesta medida também é uma forma de enfrentar a descrença e resgatar nos educadores o valor do planejamento, tendo em vista a carga pragmática decorrente da sua

própria constituição, qual seja, só se conclui enquanto elaboração quando chega a propor ações concretas na escola.

Ainda segundo Vasconcellos (2010), o Projeto Político Pedagógico não é apenas o marco referencial. Em muitas escolas, nas primeiras elaborações, houve uma certa confusão neste sentido. No processo de elaboração do Projeto, muitos fatores podem interferir de forma a comprometê-lo parcial ou totalmente. Podemos citar, por exemplo:

Imediatismo: ter pressa, com as discussões; achar que não há necessidade de se fazer a elaboração teórica, ir direto a ação; perfeccionismo: querer chegar a um texto extremamente preciso; falta de expectativa na instituição: “Não adianta falar que nada vai acontecer mesmo...”; formalismo: perigo de reduzir o Projeto a uma sequência de passos, a simplesmente elaborar um documento, sem significado, nem envolvimento com as ideias, e propostas; mera reprodução do novo senso comum pedagógico; nominalismo: achar que definir uma linha de trabalho para escola é se “filiar” a alguma concepção corrente (educação libertadora, construtivismo, etc.); falta de experiência de caminhada comum enquanto grupo; a rotatividade das pessoas na instituição; falta de condições objetivas de espaço-tempo para encontro, reflexão, elaboração e acompanhamento; falta de exercício democrático na escola; estes eventuais obstáculos, uma vez localizados, deverão ser tematizados, enfrentados, tendo em vista sua superação.

Segundo Veiga (2008), o projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola, é também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. “A dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza, em quanto pratica especificamente pedagógica” (SAVIANI 1983).

Na visão de Santiago! (1990), apesar de a expressão “projeto político-pedagógico” ter se tornado comum nos últimos anos, observa-se, nas práticas pedagógicas, que o esforço dos educadores no sentido de conduzir proposta que identifiquem a escola como espaço de exercício da cidadania, cumprindo sua tarefa de construção/veiculação de conhecimento em processo de equidade social, nem sempre tem conseguido superar a dicotomia entre as dimensões política e pedagógica.

Para Santiago (1990), em outra circunstância, o empenho da escola na busca de mudanças recai, exclusivamente, nas inovações metodológicas, promovendo alterações na organização do currículo, na condução das atividades em sala de aula, nas relações

pedagógicas mais singulares, nos recursos didáticos utilizados, sem que o grupo responsável pela condução dessas práticas tenha claros os fins que as direcionam.

A escola justifica sua existência e torna válida sua atuação ao traçar uma proposta pedagógica no livre consenso dos nela interessados e por ela solidariamente responsáveis e ao propicia-lhe as condições de efetividade com eficiência. Dessa forma, imbricam-se na proposta pedagógica as duas dimensões do instituinte e do instituído: a dimensão ética-política da natureza intersubjetiva da formação da vontade coletiva e a da coordenação e da condução da atuação solidaria. A questão dos valores consensualmente definidos e consequentemente por todos assumidos na corresponsabilidade das práticas efetivas torna-se, por isso, a questão primordial, pois é necessário, antes de tudo, definir qual cidadão a escola pretende formar para qual sociedade, sem o que a ação política restringia-se à luta por vantagens individuais ou grupais (MARQUES, 1990).

Ao inscreve-se num projeto de transformação social, a escola estará buscando, por intermédio da ação educativa, a construção de uma nova hegemonia. Isto é, implementação e a generalização de uma forma de ver e compreender a realidade, distinta da atualmente dominante, que possa conduzir as classes subalternas à desalienação ideológica reivindicando espaços de poder.

2.2 A Autonomia da Escola

As Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB, (Lei nº 9.394 / 1996 e lei nº- 5.692 / 71), embora sem usar a palavra “autonomia”, fixaram, a norma de que cada estabelecimento, público ou particular, deveria organizar-se por meio de regimento próprio. Na Lei nº 4.024 essa norma estava no art. 43, que foi revogado pela Lei nº- 5.692 / 71, mas, que manteve no seu corpo a norma do regimento próprio.

O tema autonomia, desde o manifesto dos pioneiros, sempre mereceu escassa atenção e quando havia alguma, ela não ultrapassava o nível de uma reivindicação de maior liberdade regimental. No máximo reivindicava-se maior liberdade dos professores com relação ao diretor e da escola com relação a outras instâncias administrativas, já que a autonomia da escola apenas ganha importância se significar autonomia da tarefa educativa, se não for assim, o assunto se reduz a uma mera questão regimental.

Trata-se de criar um novo tipo de relação pedagógica por meio da qual a autonomia e a imaginação possam ser permanentemente construídas para que não se transforme em mistificação, tal como previa Cartoriais? A ideia da autonomia e autogestão como projeto de

formação educacional se disseminou, mas deve ser vista nos limites dados pelas relações de força presentes em todas sociedades (GATTI 2002).

Mas na práxis a autonomia dos outros não é um fim, mas sempre um começo; existe uma relação intrínseca entre o que é visado – o desenvolvimento da autonomia – e aquilo por que ela é desejada – seu exercício, pois ambos os desejos constituem dois momentos de um mesmo processo, considerando-se que a práxis não se apoia em um saber definitivo, mas sim fragmentário e ilusório. Seu exercício provoca a lucidez necessária no sujeito da ação, pois este é “transformado constantemente a partir da experiência em que está engajado e que ele faz, mas que o faz também: “os pedagogos são educados”, “o poema faz seu poeta”. Daí resulta uma modificação contínua, no fundo e na forma, da relação entre um sujeito e um objeto, os quais nunca podem ser definidos de uma vez por todas” (CASTORIADIS, 1991).

Na visão de Castoriadis (1991), “Só pode realizar os fins que se propõe usando meios que os contradizem, fazendo nascer exigências que não pode satisfazer, estabelecendo critérios que é incapaz de aplicar, normas que é obrigada a violar. Ela pede aos homens, como produtores ou como cidadãos, que permaneçam passivos, que se limitem dentro da tarefa que ela lhe impõem; quando constata que esta passividade é seu câncer, solicita a iniciativa e a participação, para logo descobrir que também não pode suportá-las, que elas colocam em questão a própria ordem existente [...]”.

A literatura estudada aponta, ainda, inúmeras dificuldades no que tange à efetivação da autonomia da escola, destacando, dentre elas, o processo de consolidação da avaliação externa utilizada por diferentes países baseados em testes padronizados em larga escala. Sua utilização indiscriminada tem sido questionada por diferentes autores que apontam seu caráter arbitrário, pois esse modelo não consegue captar a dinâmica de funcionamento da escola, uma vez que sua cultura só pode ser captada por meio de outras formas de observação. É inegável que realizar a avaliação em larga escala sobre os resultados obtidos pelas escolas constitui um importante indicador para que os gestores dos sistemas de ensino possam corrigir os problemas do fluxo escolar e reorientar as decisões e medidas legais (GATTI, 2002).

O termo autonomia passou a conter uma pluralidade de significados, utilizando por tecnocrata, anarquista, comunistas, proletários, humanista e cientista, de forma a designar, descentralização, negação do Estado ou criação de conselhos. Porém, “não podemos separar a ideia de autonomia de sua significação política e econômica, isto é, da capacidade de dirigir, decidir, controlar, portanto, de autogovernar-se, de ser plenamente cidadão” (GADOTTI,1990).

A autonomia da escola é, pois, um exercício de democratização de um espaço público: é delegar ao diretor e aos demais agentes pedagógicos a possibilidade de dar respostas ao cidadão (aluno e responsável) a quem servem, em vez de encaminhá-lo para órgãos, centrais distantes onde ele não é conhecido e, muitas vezes, sequer atendido. A autonomia coloca na escola a responsabilidade de prestar conta do que faz ou deixa de fazer, sem repassar para outro setor essa tarefa e, ao aproximar escola e famílias, é capaz de permitir uma participação realmente efetiva da comunidade, o que a caracteriza como uma categoria eminentemente democrática (NEVES, 1994).

Segundo Neves (1994), a liberdade não deixa de ser liberdade pelas relações interpessoais e sociais que a limitam, a autonomia da escola não deixa de ser autonomia por considerar a existência e a importância das diretrizes básicas de um sistema nacional de educação. Da mesma forma, assim como a democracia sustenta-se em princípio de justiça e igualdade que incorporam a pluralidade e a participação, a autonomia da escola justifica-se no respeito à diversidade e à riqueza das culturas brasileiras, na superação das marcantes desigualdades locais e regionais e na abertura à participação.

A autonomia valoriza os agentes pedagógicos que atuam nas escolas e cobra-lhes, diretamente, o compromisso ético-profissional de servi ao público em matéria de educação. É contrária ao paternalismo, a dependência à inercia, à divisão pormenorizada do trabalho, a centralização e à burocracia excessiva. No entanto, é preciso lembrar que o quadro de destruição pelo qual passou a escola pública brasileira deixou marcas tão profundas, que a simples outorga de uma nova ordem não conseguirá modificar (NEVES, 1994).

Segundo Vasconcellos (2010), o questionamento que muitos educadores se fazem é bastante claro: até que ponto a proposta das mantenedoras (sobretudo públicas) de que as escolas agora devem fazer seu Projeto Político Pedagógico não estaria, na verdade, representando uma estratégia de descompromisso e de transferências de responsabilidades? Seria autonomia ou descaso do Estado? O discurso da autonomia poderia ter uma forte carga ideológica, no sentido de deixar a entender que as escolas, na medida em que tem seus projetos, são responsáveis pelo sucesso ou fracasso de suas práticas e dessa forma afastando esse compromisso das autoridades responsáveis no suporte que se faz necessário indispensável para oferecermos uma educação de qualidade ao alcance de todos.

Muitas vezes no dia-a-dia, a preocupação da direção acaba sendo ‘que a escola funcione’, e a dos professores acaba girando em torno do ‘manter a disciplina e cumprir o programa’. “O nosso risco, porém, é este: somos devorados pelo urgente e não temos tempo para posicionarmo-nos diante do importante”. Frente a tantas dificuldades”, porque a escola

deve se interessar pelo Projeto? Ora, a função do projeto é justamente ajudar a resolver problemas, transformar a prática e, no limite, tornar menores os problemas, almejando solucioná-los da melhor forma possível, proporcionando situações confortáveis para todo corpo docente e discente da instituição (Vasconcellos, 2010).

2.3 O Projeto Político Pedagógico e Sua Ação na Escola

O projeto Pedagógico de uma escola é uma oportunidade para que algumas coisas aconteçam como tomada de consciência dos principais problemas da escola, das possibilidades de solução e definição das responsabilidades coletivas e pessoais para eliminar ou atenuar as falhas detectadas. Porém isso é muito, muito difícil.

Num Projeto Pedagógico tudo é relevante nas relações escolares, porque todas elas são extremamente educativas ou deseducativas. Ensinar bem, por exemplo não é apenas ensinar eficientemente uma disciplina, mas é também o êxito em integrar esse ensino aos ideais educativos de escola.

Perante os problemas enfrentados para a execução do projeto político-pedagógico, como a falta de compromisso dos responsáveis, fica inviável o desenvolvimento do mesmo no cotidiano da escola. Desse modo, o projeto não pode ser apenas um agrupamento de ideias, é necessário colocá-lo em prática. Esses são alguns dos itens básicos pelo qual toda e qualquer escola deve investir para assim obter uma educação de qualidade.

Diversos problemas veem ocorrendo na escola devido principalmente a falta de força de vontade dos funcionários para a execução do projeto político-pedagógico. Sendo assim, o que foi decidido através de todo um conselho para a construção do projeto, almejando a melhoria na educação do município, porém alguns itens não saem do papel, dificultando de maneira considerável o desenvolvimento de um trabalho coerente com a realidade da escola.

O interesse pela pesquisa surge a partir dos problemas detectados no cotidiano da escola para colocar na prática o Projeto Político Pedagógico, a fim de contribuir para uma educação de qualidade ao alcance de todos.

2.4 O Projeto Político Pedagógico na E.M.E.F. Maria do Carmo de Sousa Pinheiro Cachoeirinha – Tacima - PB.

No propósito de alimentar a sua prática pedagógica, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria do Carmo de Sousa Pinheiro tem percebido a necessidade de desenvolver

reflexões, tanto quanto possível, nos seus diversos segmentos, de modo a reafirmar, através de seu currículo, os princípios político-pedagógicos que dão suporte às iniciativas educacionais que serão implementadas.

Nesse contexto, o presente Projeto Político-Pedagógico (P.P.P.) da Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria do Carmo de Sousa Pinheiro foi concebido e elaborado com base no conjunto de leitura crítica de documentos e informações sobre as mudanças emanadas das diretrizes que norteiam os princípios teóricos e metodologias da prática pedagógica.

O debate sobre o fazer pedagógico na E.M.E.F. Maria do Carmo de Sousa Pinheiro abriu possibilidades de reformulação de suas práticas visando à melhoria da qualidade de ensino por ela oferecido.

Além de buscar superar essas dicotomias, historicamente postas, pretendemos contemplar uma concepção de currículo que permita ao aluno da Escola Normal interagir com as diversas áreas de saberes pedagógicos, adotando a pesquisa como forma de articular e aprofundar temas de interesse numa perspectiva de associação entre teoria e prática, como fontes de produção de novos conhecimentos.

Finalmente, é importante ressaltar que este Projeto-Político Pedagógico não é um documento definitivo, muito pelo contrário, tem um caráter dinâmico, possibilitando mudanças que estejam sempre de acordo com os interesses de uma sociedade justa, incluyente e igualitária, como também não é algo desconectado da realidade escolar, haja vista sua construção está fundamentada em um documento construído por todos os segmentos da comunidade escolar privilegiando três aspectos importantes para a escola (o pedagógico, o administrativo e o político) onde foram definidos: horizontes, dificuldades e ações.

3 MATERIAL E MÉTODOS

3.1 Caracterização da Área de Estudo

O município de Tacima está situado no Agreste Paraibano, mais especificamente na depressão, entre a vertente oriental dos municípios de Araruna e Solânea ocupa uma área 246,656 km², com a altitude média de 168 m onde vivem 9.549 habitantes. Suas coordenadas são 06° 29' 16'' S 35° 38' 13''. Limita-se ao norte com o Município de Passa e Fica RN, ao Sul Bananeiras, Dona Inês, Riachão (Paraíba), a Leste com o município de Caiçara, Belém (Paraíba) e a Oeste com o município de Araruna.

A população atual de Tacima-PB é de 9.549 habitantes, sendo que 4043 ocupam a zona urbana e 5506 a zona rural (IBGE, 2010).

O relevo de Tacima é pouco acidentado, apresentam formas tabulares, relevo de topo plano com diferentes ordens de grandeza e de aprofundamento de drenagem, separados geralmente por vales de fundo plano, na parte leste do município, destaca-se um pontão de elevações rochoso e afloramento pós-erosão (conhecido popularmente como pão-de-açúcar).

O clima de Tacima - PB é considerado quente e seco, porém saudável, resultante da presença do ar equatorial que atinge o Nordeste Brasileiro.

No município de Tacima – PB predominam as seguintes atividades econômicas:

- Setor Primário- Agricultura (feijão, milho e fava.); Pecuária (bovino, caprino e suíno.); Caça e Pesca.
- Setor Secundário- O município não dispõe de atividades industriais.
- Setor terciário- Comércio Atacadista (cereais e bebidas.); Comércio varejistas (cereais, bebidas, magazines, lojas e supermercados.)

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria do Carmo de Sousa Pinheiro, localizada na rua Antônio Fernandes do Rêgo S/N - Cachoeirinha deste município foi fundada no ano de 1986, na administração da então Prefeita Maria Denise Pinheiro Cruz, a referida Escola, recebeu este nome em homenagem à mãe da então prefeita em exercício. Oferecendo ao Povoado de Cachoeirinha ensino de 1ª a 4ª série, do ensino fundamental. Sendo que no ano de 2005, na administração do então Prefeito em exercício Dr. Targino Pereira da Costa Neto, passou a oferecer o ensino fundamental II de 6º ao 9º ano. Sendo reinaugurada aos 14 dias do mês de Junho do ano de 2008.



Figura 1: Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria do Carmo de Sousa Pinheiro. Tacima/PB. Foto da autora. 2014.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental M^a do Carmo de S. Pinheiro, iniciou um trabalho de levantamento de percepção e conscientização dos pais! com relação às suas atividades educativas que no entanto, apesar das estratégias usadas não teve muito sucesso.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria do Carmo de Sousa Pinheiro possui aproximadamente 16 professores no total, sendo 2 professores de geografia graduados e 11 funcionários de apoio, dentre eles, assistentes administrativos, auxiliares, administrativos, secretário escolar, porteiros, vigilantes, merendeiros, auxiliar de serviços gerais. A escola conta com os serviços de Coordenação e apoio Pedagógico, Orientação, Serviço Social, Conselho Escolar e Festas Comemorativas.



Figura 02: Pátio de recreação e comemorações da Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria do Carmo de Souza Pinheiro. Foto da autora, 2014.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental M^a do Carmo de S. Pinheiro funciona atualmente com razoável contingente de alunos matriculados, distribuídos em dois turnos. O prédio compõe-se de 06 salas de aulas (figura 02); 05 banheiros divididos em masculino e feminino; a sala do professor (figura 03); sala de informática (figura 04); secretaria (figura 05); 01 banheiro para os funcionários; cozinha com dispensa; pátio para recreação; A sala dos Professores e sala de informática. A sala de informática possui 10 computadores no momento estava um funcionário na sala usando o computador a sala se encontrava muito organizada.



Figura 03: Sala de aula da Escola Municipal de Ensino Fundamental M^a do Carmo de S. Pinheiro, Tacima, PB. Fonte:Foto da autora,2014

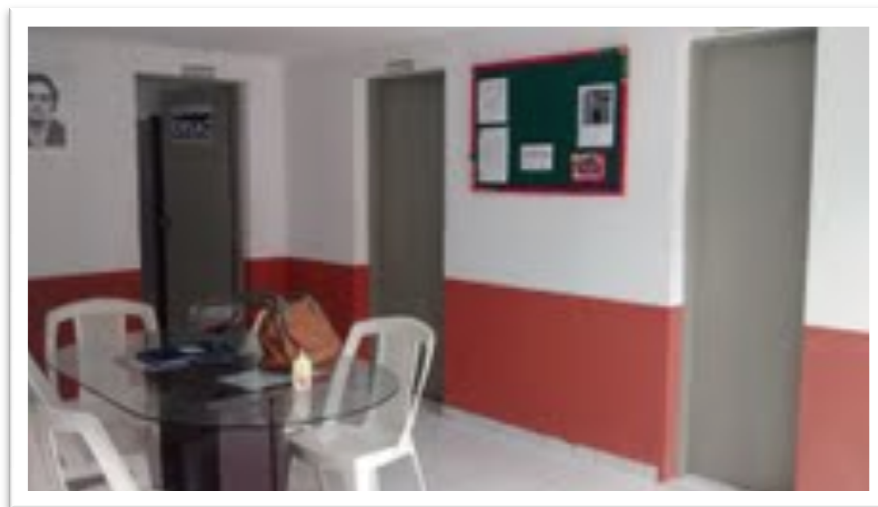


Figura 04: Sala dos professores da E.M.E.F. Maria do Carmo de Souza Pinheiro.
Foto da autora 2014.